

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração	13
----------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	62
---	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	63
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	66
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	68
--	----

Motivos de Reapresentação	69
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	3.332.439	3.268.355	3.066.903
1.01	Ativo Circulante	394.918	430.897	303.543
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	337.399	348.050	71.562
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	28.339	185.068
1.01.03	Contas a Receber	40.627	42.468	37.745
1.01.03.01	Clientes	40.627	42.468	37.745
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.098	5.872	5.985
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.098	5.872	5.985
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.542	1.784	2.336
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.252	4.384	847
1.02	Ativo Não Circulante	2.937.521	2.837.458	2.763.360
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	167.464	180.041	173.807
1.02.01.03	Contas a Receber	1.622	723	4.258
1.02.01.06	Tributos Diferidos	165.842	179.318	169.549
1.02.03	Imobilizado	9.282	7.780	7.477
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.282	7.780	7.477
1.02.04	Intangível	2.760.775	2.649.637	2.582.076
1.02.04.01	Intangíveis	2.760.775	2.649.637	2.582.076
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.107.390	1.139.717	1.169.936
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	1.653.385	1.509.920	1.412.140

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	3.332.439	3.268.355	3.066.903
2.01	Passivo Circulante	334.896	270.928	274.071
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.459	8.739	8.803
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.158	1.098	1.364
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.301	7.641	7.439
2.01.02	Fornecedores	14.556	13.800	67.057
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.556	13.800	67.057
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.443	5.261	6.202
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.605	2.612	2.285
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.838	2.649	3.917
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	285.550	236.018	186.837
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	118.284	73.384	59.012
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	118.284	73.384	59.012
2.01.04.02	Debêntures	167.266	162.634	127.825
2.01.05	Outras Obrigações	20.888	7.110	5.172
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.068	4.097	3.597
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.068	4.097	3.597
2.01.05.02	Outros	16.820	3.013	1.575
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6.198	0	0
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	843	743	744
2.01.05.02.05	Outros passivos	5.977	2.270	831
2.01.05.02.06	Dividendo adicionais	3.802	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	2.222.406	2.238.387	1.994.631
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.844.784	1.886.588	1.678.729
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	388.083	463.893	343.500
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	388.083	463.893	343.500
2.02.01.02	Debêntures	1.456.701	1.422.695	1.335.229
2.02.02	Outras Obrigações	371.144	346.996	312.033
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	371.144	346.701	310.912

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	371.144	346.701	310.912
2.02.02.02	Outros	0	295	1.121
2.02.02.02.03	Outros Passivos	0	295	1.121
2.02.04	Provisões	6.478	4.803	3.869
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	614	210	350
2.02.04.02	Outras Provisões	5.864	4.593	3.519
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	5.864	4.593	3.519
2.03	Patrimônio Líquido	775.137	759.040	798.201
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	22.350	6.253	45.414

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	757.995	650.397	853.100
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-352.630	-278.385	-474.033
3.03	Resultado Bruto	405.365	372.012	379.067
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.945	-25.118	-29.861
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.945	-25.118	-29.861
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-22.563	-19.710	-24.521
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-3.277	-5.389	-4.297
3.04.02.03	Outras receitas, líquidas	-105	-19	-1.043
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	379.420	346.894	349.206
3.06	Resultado Financeiro	-339.847	-375.825	-284.798
3.06.01	Receitas Financeiras	41.918	26.874	32.986
3.06.01.01	Receitas financeiras	41.918	26.874	32.986
3.06.02	Despesas Financeiras	-381.765	-402.699	-317.784
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.573	-28.931	64.408
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.476	9.770	-22.311
3.08.02	Diferido	-13.476	9.770	-22.311
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	26.097	-19.161	42.097
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	26.097	-19.161	42.097
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do prejuízo nos períodos apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	228.618	142.214	246.294
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	457.401	405.572	395.676
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	39.573	-28.931	64.408
6.01.01.02	Depreciação e amortização	77.303	64.371	53.999
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	722	649	583
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	333.864	370.507	275.751
6.01.01.05	Margem de Construção - ICPC 01	-1.883	-1.301	-3.386
6.01.01.06	Provisão para Contingências	472	-140	-134
6.01.01.07	Perda na Baixa do Intangível	7.350	417	4.455
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29	-57.547	43.142
6.01.02.02	Contas a receber	1.841	-4.021	-1.298
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.226	113	-2.679
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-860	552	41
6.01.02.05	Outros ativos	-4.067	275	-1.529
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	-280	-64	273
6.01.02.07	Fornecedores	593	-53.257	47.191
6.01.02.08	Tributos a pagar	182	-941	1.143
6.01.02.09	Outros passivos	3.444	613	0
6.01.02.10	Partes relacionadas	402	-817	0
6.01.03	Outros	-228.812	-205.811	-192.524
6.01.03.02	Juros pagos de empréstimos, debêntures e mútuo	-184.157	-175.079	-168.336
6.01.03.03	Correção Monetária pagas de empréstimos e debêntures	-44.655	-30.732	-24.188
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-138.134	53.296	-217.929
6.02.01	Adições ao intangível	-180.758	-126.949	-335.475
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-8.570	-2.261	-8.544
6.02.03	Aplicações Financeiras	51.194	182.506	126.090
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-101.135	80.978	-13.563
6.03.01	Pagamento de empréstimo	-101.135	-75.189	-123.960
6.03.02	Captação de empréstimos	0	176.167	110.397

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.03.06	Pagamentos de Dividendos	0	-20.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.651	276.488	14.802
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	348.050	71.562	56.760
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	337.399	348.050	71.562

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	6.253	0	0	759.040
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	6.253	0	0	759.040
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.097	0	26.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.097	0	26.097
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	16.097	-26.097	0	-10.000
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.305	-1.305	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	14.792	-14.792	0	0
5.06.06	Dividendo mínimo obrigatório	0	0	0	-6.198	0	-6.198
5.06.07	Dividendos adicionais	0	0	0	-3.802	0	-3.802
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	45.414	0	0	798.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	45.414	0	0	798.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-20.000	0	0	-20.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.000	0	0	-20.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.161	0	-19.161
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.161	0	-19.161
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-19.161	19.161	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízo	0	0	-19.161	19.161	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	6.253	0	0	759.040

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	3.317	0	0	756.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	42.097	0	42.097
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	42.097	0	42.097
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.097	-42.097	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	2.105	-2.105	0	0
5.06.05	Reserva Especial para Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	0	0	39.992	-39.992	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	45.414	0	0	798.201

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	813.451	699.916	902.033
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-251.690	-191.542	-400.612
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-251.690	-191.542	-400.612
7.03	Valor Adicionado Bruto	561.761	508.374	501.421
7.04	Retenções	-77.303	-64.371	-53.999
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77.303	-64.371	-53.999
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	484.458	444.003	447.422
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	41.813	26.855	31.967
7.06.02	Receitas Financeiras	41.918	26.874	32.986
7.06.03	Outros	-105	-19	-1.019
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	526.271	470.858	479.389
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	526.271	470.858	479.389
7.08.01	Pessoal	33.390	32.872	32.967
7.08.01.01	Remuneração Direta	24.148	24.206	24.430
7.08.01.02	Benefícios	7.091	6.901	6.823
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.151	1.765	1.714
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	77.776	45.323	75.816
7.08.02.01	Federais	46.571	16.849	47.572
7.08.02.02	Estaduais	124	65	101
7.08.02.03	Municipais	31.081	28.409	28.143
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	389.008	411.824	328.509
7.08.03.01	Juros	379.560	402.093	317.784
7.08.03.02	Aluguéis	4.924	6.802	6.996
7.08.03.03	Outras	4.524	2.929	3.729
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	26.097	-19.161	42.097
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	26.097	-19.161	42.097

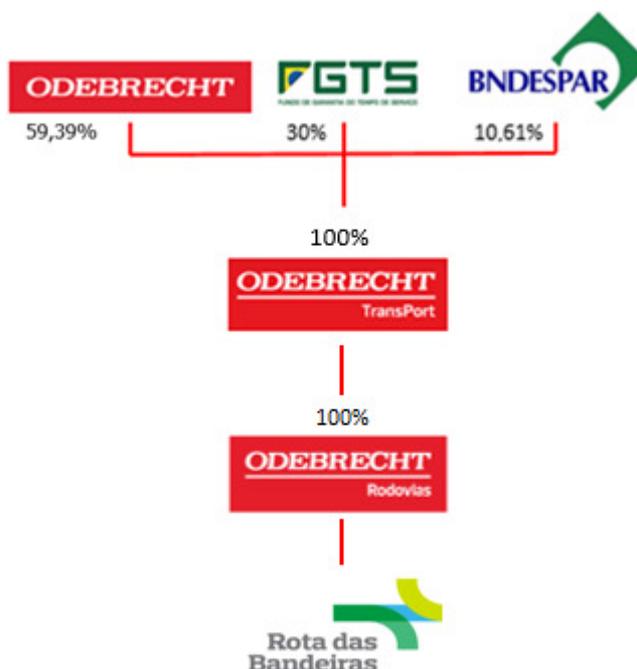
Relatório da Administração

Itatiba, 22 de Fevereiro de 2017 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padrão (DFP), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A., conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Relatório da Administração

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,9% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,5 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente, duas vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os município de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de ITBI, IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. No ano 2016, Viracopos transportou 164,4 mil toneladas de cargas e movimentou 9,3 milhão de passageiros.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras oferece uma ampla infraestrutura de atendimentos aos seus usuários, que conta com 5 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 82 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 62

Relatório da Administração

profissionais de resgate, 78 inspetores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos de veículos de apoio. Desta forma, foi possível oferecer agilidade e excelência aos 259 atendimentos por dia, em média, efetuados pela Companhia durante o exercício de 2016.

As cinco rodovias que formam o Corredor Dom Pedro I foram avaliadas na 20ª pesquisa CNT de Rodovias, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) e receberam a nota máxima. Todas foram classificadas como "ótimas" no estudo realizado pela entidade.

As rodovias Dom Pedro I (SP-065), Prof. Zeferino Vaz (SP-332), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Eng. Constâncio Cintra (SP-360) e Romildo Prado (SP-063) foram avaliadas nos seguintes itens: pavimento, sinalização e geometria. No total, a CNT analisou 103.259 km de rodovias, nas cinco regiões do Brasil.

2. Sumário Executivo

Cenário Macroeconômico¹

Os mercados internacionais devem continuar ponderando as ações econômicas positivas do novo governo norte-americano, envolvendo medidas de desregulação financeira e eventuais estímulos, com as ações radicais no campo da imigração e do comércio exterior. Assim, o risco de um aumento das tensões será constante, o que limita o otimismo dos agentes.

As principais bolsas internacionais sustentaram a direção positiva neste início de ano, no embalo das melhores perspectivas para a economia global em 2017. Para ilustrar o bom momento, no final de janeiro o Dow Jones ultrapassou os 20 mil pontos pela primeira vez. Porém, há sinais de esgotamento da trajetória na margem, diante dos níveis muito elevados.

Os *yields* dos *treasuries* corrigiram parte das altas recentes, com a demora do novo governo dos EUA em indicar as medidas expansionistas prometidas. Além disso, persistem dúvidas sobre o ciclo de alta dos juros no ano. O Fed deve retomar o aperto apenas em junho.

A produção industrial (PIM-IBGE) cresceu 2,3% na série mensal dessazonalizada. Em 2016, o indicador acumulou contração de 6,6%. Neste ano, a estabilização macroeconômica do país tende a induzir uma recuperação dos setores industriais mais

¹ Fonte: Tendências Consultoria Integrada.

Relatório da Administração

sensíveis ao ciclo econômico. Setorialmente, os principais destaques positivos devem partir de agropecuária e extrativa, impulsionados pela recomposição de safra e pela maturação de longos projetos, respectivamente.

Segundo o Ministério do Trabalho, o saldo do emprego formal foi de -462,3 mil em dezembro. Com o resultado, considerando a série original que não inclui os registros fora de prazo incorporados pelo MTE, o indicador acumulou -1,37 milhão de postos em 2016, cortes inferiores ao observado em 2015 (-1,62 milhão).

Em 2016, o indicador apresentou saldo negativo em todas as apurações mensais. Contudo, desde abril o corte de vagas tem sido inferior ao registrado frente ao mesmo período de 2015, o que revela arrefecimento do ritmo de distensão do mercado de trabalho formal.

A inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no mês de dezembro de 2016 registrou variação de 0,30%, acelerando ante o observado em novembro (0,18%). A aceleração do IPCA em dezembro refletiu o avanço observado no grupo Transportes. No ano, o indicador acumulou alta de 6,29 %.

A taxa de câmbio fechou o mês de dezembro em torno de R\$ 3,26, em queda de 4,1% ante o nível observado no fechamento de novembro (R\$ 3,40).

O Copom reduziu a Selic em 75 bps para 13,0%, sinalizando que as condições de atividade, inflação corrente e projeções inflacionárias permitem antecipar o ciclo de redução de juros. Diante dos novos sinais, aumentaram as chances de a Selic alcançar um dígito ao final deste processo.

Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada ao tráfego dos veículos pesados, que sofrem efeito da situação econômica do país. Por conta deste efeito, o tráfego total em VEQ (Veículos Equivalentes) sofreu uma queda de 5,2% em relação ao 12M15. Apesar desta queda, a Receita de Pedágio teve um aumento de 5,9% no mesmo período em razão do reajuste da tarifa de pedágio, de 9,32% (atrelado ao IPCA), em julho de 2016, e também pelo incremento da tarifa da Praça de Pedágio de Itatiba por conta da entrega do Prolongamento do Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083).

Neste contexto, a Companhia continua envidando esforços em busca constante de evolução de sua eficiência operacional, com a manutenção de seus custos e despesas sem crescimento real no comparativo com o mesmo período do ano anterior, ensejando

Relatório da Administração

em um aumento da margem EBITDA da Companhia em 1,1 p.p. no ano, quando comparado ao mesmo período de 2015 (de 78,9% para 80,0%).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,41x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. Apesar da redução de tráfego, a Companhia apresentou crescimento em sua Geração Operacional de Caixa devido à melhora na eficiência operacional, atingindo um ICSD bastante confortável.

3. Destaques

- Queda de 5,2% no tráfego acumulado em 2016 em comparação ao mesmo período do ano anterior, em VEQ (Veículos Equivalentes). O resultado está relacionado à redução de tráfego de veículos pesados em 6,4% neste mesmo período. Esta queda no tráfego reflete o momento de crise econômica que o país continua atravessando;
- Evolução de programas de eficiência operacional, os quais vêm proporcionado, desde 2013, constantes reduções nos patamares de custos e despesas da Companhia. Este esforço resultou em um crescimento nominal de apenas 4,1% em relação a 2015, crescendo abaixo da inflação e mantendo os custos sem crescimento real no exercício de 2016 (não considera efeitos de custos de construção e depreciação e amortização);
- Melhora do EBITDA ajustado, que encerra o exercício com margem de 80,0% (78,9% em 2015), valor de R\$ 455.666, mesmo com os efeitos decorrentes da redução do tráfego. O resultado está atrelado à manutenção da austeridade na gestão de custos e despesas operacionais, que seguem crescendo abaixo da inflação, incremento das receitas acessórias, e ao aumento significativo do IPCA (utilizado para reajuste das tarifas de pedágio).

Relatório da Administração

4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes ao 4T15 e ao 2015.

Tráfego

Tráfego	Categoria	milhares					
		4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Pesado		12.858	13.121	-2,0%	50.611	54.062	-6,4%
%Veic. Eq. Totais		58,0%	57,4%	0,6 p.p.	58,5%	59,2%	-0,7 p.p.
Leve		9.300	9.743	-4,5%	35.895	37.200	-3,5%
%Veic. Eq. Totais		42,0%	42,6%	-0,6 p.p.	41,5%	40,8%	0,7 p.p.
Total Veq.¹		22.158	22.864	-3,1%	86.506	91.262	-5,2%
Tarifa média²		7,30	6,45	13,2%	6,89	6,16	11,7%

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividida pelo total de VEQ.

No exercício findo de 2016, o tráfego pedagiado alcançou um total de 86.506 mil em VEQ, apresentando redução de 5,2% ante ao mesmo período do exercício anterior. O resultado foi impactado principalmente pela queda do tráfego de veículos pesados, que sofreu uma queda de 6,4% em VEQ, em função da crise econômica do País.

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais					
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Receita bruta de serviços	188.713	188.188	0,3%	813.451	699.952	16,2%
Receitas de pedágio	161.706	147.433	9,7%	595.839	562.539	5,9%
% Receita Totais	92,8%	84,2%	8,6 p.p.	78,6%	86,5%	-7,9 p.p.
Receitas acessórias e outras	3.350	2.431	37,8%	29.309	7.230	305,4%
% Receita Totais	1,9%	1,4%	0,5 p.p.	3,9%	1,1%	2,8 p.p.
Receita de construção	23.657	38.323	-38,3%	188.302	130.184	44,6%
% Receita Totais	13,6%	21,9%	-8,3 p.p.	24,8%	20,0%	4,8 p.p.
Impostos e contribuições sobre serviço	- 14.437	- 13.038	10,7%	- 55.456	- 49.556	11,9%
Receita líquida de serviços	174.276	175.150	-0,5%	757.995	650.397	16,5%

A **Receita Bruta** da Companhia totalizou R\$ 813.451 mil, apresentando um crescimento de 16,2% em 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no trimestre o resultado ficou em linha com o mesmo período do exercício anterior. Considerando o período findo, a Receita de Construção apresentou um crescimento de

Relatório da Administração

44,6% em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função do crescimento do volume de CAPEX realizado.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 595.839 mil em 2016 e representaram um aumento de 5,9% se comparadas ao mesmo período do ano anterior. Apesar da queda do tráfego em VEQ, o aumento observado na Receita de Pedágio está relacionado ao reajuste da tarifa pelo IPCA, de 9,32%, ocorrido em julho de 2016. Além disso, foi aprovado pela ARTESP o aumento do Trecho de Cobertura de Pedágio (TCP) da Praça de Pedágio de Itatiba, por conta da conclusão do prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira. O aumento da TCP permitiu reajuste de 11% da tarifa básica da Praça, que passou de R\$ 8,30 para R\$ 9,20.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 29.309 mil em 2016, apresentando um crescimento de 305,4% em relação ao mesmo período de 2015. Este crescimento é fruto de ações da Companhia em busca do recebimento de receitas por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Custos de Construção, Depreciação/Amortização e Despesas Gerais e Administrativas. Seguem abaixo os resultados de 2016:

Descrição	Em milhares de reais					
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Custos	(65.893)	(77.866)	-15,4%	(352.630)	(278.385)	26,7%
Custos dos Serviços Prestados	(22.292)	(21.776)	2,4%	(88.908)	(85.132)	4,4%
Custos de Construção	(23.420)	(37.939)	-38,3%	(186.419)	(128.882)	44,6%
Depreciação/Amortização	(20.181)	(18.151)	11,2%	(77.302)	(64.371)	20,1%
Despesas	(7.582)	(4.853)	56,2%	(25.840)	(25.099)	3,0%
Total	(73.475)	(82.719)	-11,2%	(378.469)	(303.484)	24,7%

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 88.908 mil em 2016, apresentando um leve crescimento com o mesmo período do ano anterior. Esta categoria de custos apresentou, em termos reais, uma redução, considerando os patamares da inflação no período. Isto foi possível pela renegociação de diversos contratos de prestadores de serviços e de conservação de rotina, além da revisão da macroestrutura de integrantes.

Relatório da Administração

Vale salientar que a redução real observada em 2016 não trouxe impactos na qualidade da operação e nos atendimentos da Concessionária, que:

- (i) Atendeu aos indicadores exigidos pelo Contrato de Concessão; e
- (ii) Obteve 99% de reportagens positivas na imprensa.

Os **Custos de Construção** totalizaram R\$ 186.419 mil em 2016, enquanto no mesmo período do ano anterior o total foi de R\$ 128.882 mil (44,6% de aumento).

As **Despesas gerais e administrativas** foram de R\$ 25.840 mil em 2016, enquanto no mesmo período do ano anterior foram de R\$ 25.099 mil (3,0% de aumento).

EBITDA

Composição do EBITDA				Em milhares de reais		
Descrição	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Resultado do exercício	26.961	- 7.823	-444,6%	26.097	- 38.700	-167,4%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	59.963	104.261	-42,5%	339.953	375.824	-9,5%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	13.879	- 3.988	-448,0%	13.476	9.770	37,9%
EBIT	100.802	92.450	9,0%	379.525	346.894	9,4%
Margem EBIT (%)	57,8%	52,8%	5,1 p.p.	50,1%	53,3%	-3,3 p.p.
Depreciação e amortização	20.181	18.151	11,2%	77.302	64.371	20,1%
EBITDA	120.983	110.601	9,4%	456.828	411.266	11,1%
Margem EBITDA (%)	69,4%	63,1%	6,3 p.p.	60,3%	63,2%	-3 p.p.
Margem de Construção ¹	- 237	- 383	-38,3%	- 1.883	- 1.302	44,6%
Provisão Conserva Especial ²	188	169	11,2%	721	648	11,2%
Outras receitas (despesas), líquidas	-	- 19	-100,0%	-	19	-100,0%
EBITDA Ajustado	120.934	110.367	9,6%	455.666	410.631	11,0%
Margem EBITDA Ajustado (%)	80,3%	80,7%	-0,4 p.p.	80,0%	78,9%	1 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou reposição da infraestrutura.

O EBITDA Ajustado no período findo de 2016 foi de R\$ 455.666 mil, registrando um crescimento de 11,0% em relação ao ano anterior. Este aumento deve-se, basicamente, aos efeitos decorrentes da redução nos custos e despesas operacionais, aumento significativo do IPCA (utilizado para reajuste das tarifas de pedágio), e o reajuste da tarifa de pedágio da praça de Itatiba pelo prolongamento da Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), atenuados pela redução do tráfego.

Relatório da Administração

Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais					
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Receitas Financeiras	9.029	6.590	37,0%	41.918	26.874	56,0%
Despesas Financeiras	(68.973)	(110.851)	-37,8%	(381.765)	(402.699)	-5,2%
Resultado Financeiro Líquido	(59.944)	(104.261)	-42,5%	(339.847)	(375.825)	-9,6%
Indicadores Econômicos						
IPCA	0,5%	2,4%	-1,9 p.p.	6,3%	10,7%	-4,4 p.p.
TJLP	0,0%	0,5%	-0,5 p.p.	0,5%	1,5%	-1 p.p.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 339.847 mil, R\$ 35.978 mil menor que o ano anterior, impactado pelo IPCA de 2016 que ficou 4,4 p.p. abaixo de 2015.

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 41.918 mil em 2016 (aumento de 56,0% sobre o mesmo período do ano anterior). Este aumento deve-se ao crescimento de aplicação financeira decorrente do ingresso do BNDES, ocorrido em dezembro de 2015.

Endividamento

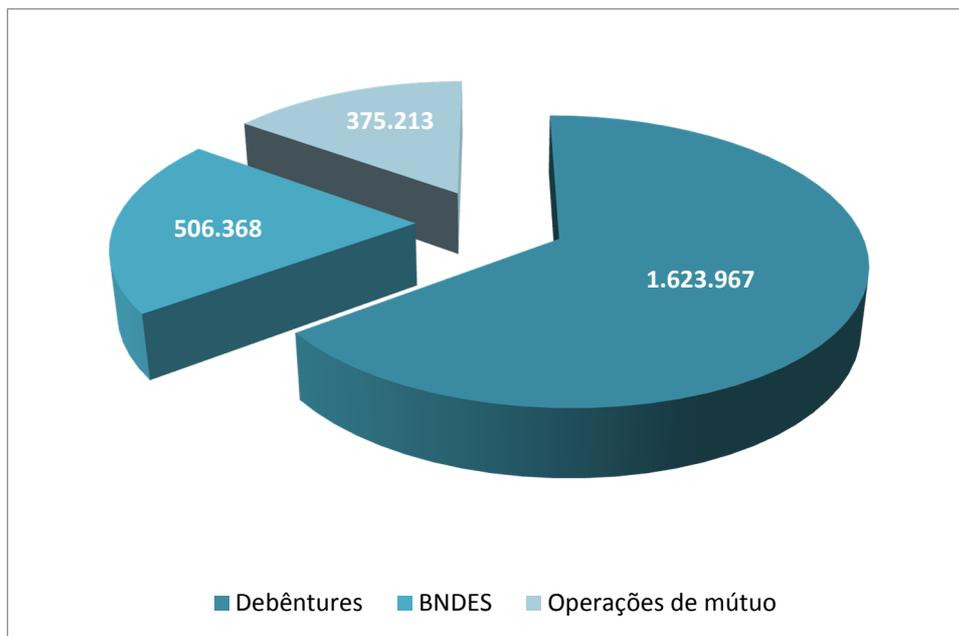
Descrição	Em milhares de reais		
	31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2016	Var. %
Dívida Bruta	2.505.547	2.485.880	0,8%
Empréstimos e Debêntures	2.130.335	2.093.087	1,8%
Operações de mútuo	375.212	392.792	-4,5%
Caixa e Equivalente de Caixa	(337.399)	(270.058)	24,9%
Dívida Líquida	2.168.148	2.215.822	-2,2%

A Dívida Líquida da Companhia em 2016 retraiu em 2,2%, em comparação com 30 de setembro de 2016, pelo efeito da provisão de juros e correção monetária no período.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

Composição da Dívida		
Descrição	31 de dezembro de 2016	Var. %
Debêntures	1.623.967	64,8%
BNDES	506.368	20,2%
Operações de mútuo	375.213	15,0%
Total	2.505.548	100,0%

Relatório da Administração



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 187.586 mil, atingindo o montante de R\$ 1,8 bilhão já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas em 2016 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065), em Campinas;
- ✓ Obras de recuperação e conservação especial nos dispositivos viários, entre eles, pontes, viadutos e passarelas;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento, microrrevestimento impermeável e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de interseções, trevos e de readequação de acessos;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: passarelas, barreiras de concreto e defensas metálicas, dentre outras.

Relatório da Administração

Resultado líquido

A Companhia registrou no período findo em 31 de dezembro de 2016 um resultado líquido positivo de R\$ 26.097 mil.

5. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar (APH), Tempo de atendimento aos serviços de Guincho (Leves e Pesados), Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, etc.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizados aproximadamente 95 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- 57,0% de serviços de inspeção;
- 19,4% de serviços de guincho;
- 8,0% de serviços mecânicos;
- 3,3% de serviços pré-hospitalares e;
- 12,3% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO") como ferramenta fundamental que norteia a condução na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. A base de tudo é a confiança nas pessoas, na capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com 585 integrantes em seu quadro.

Projeto Menor Aprendiz

A Companhia, em parceria com a Instituição Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar

Relatório da Administração

e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contava com 8 aprendizes em seu efetivo.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha em seu quadro 15 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas, estando acima do mínimo legal.

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração é composto por 4 (quatro) conselheiros, sendo um Presidente e seus respectivos suplentes, os quais foram eleitos em Assembleia Geral e possuem mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do

Relatório da Administração

exercício social a ser encerrado até dezembro 2017. A destituição dos Conselheiros poderá se dar a qualquer tempo pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

Relatório da Administração

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Conduta e Código de Ética

Em 11 de junho de 2014 foram aprovados o Código de Conduta e o Sistema de Conformidade da Companhia.

O Sistema de Conformidade da Companhia é composto por canais de comunicação confidenciais, tanto 0800, quanto sítio na Web, que possibilitam que a Companhia receba relatos de desvios do Código de Conduta, os quais são tratados por um Comitê de Ética. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Todos integrantes da Companhia tiveram treinamento sobre o Código de Conduta, visando disseminar o conhecimento sobre ética na empresa.

Adicionalmente, em novembro de 2015, a exemplo de sua controladora, a Companhia lançou a “Campanha Atitude”, a qual tem por objetivo ampliar o conhecimento sobre as orientações do Código de Conduta e fazer com que os princípios éticos e orientações do Código de Conduta sejam efetivamente praticados. Com o lema “Mais do que parecer, é preciso ser. Mais do que ser, é preciso transparecer.”, a campanha é composta por folders que contém as recomendações do Código de Conduta, foram entregues aos integrantes e estão à disposição de todos que visitam a Companhia, além de avisos semanais enviados aos integrantes por e-mail, afixados nos quadros de aviso, e publicados na intranet. O material trata de temas ligados à conduta ética que deve ser observada por cada integrante da Companhia.

Além do Código de Conduta da própria Companhia, também foi aprovado o Código de Conduta dos Fornecedores, o qual passou a ser parte integrante dos contratos firmados pela Companhia com quaisquer de seus prestadores de serviço.

Relatório da Administração

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em setembro de 2015, as ações socioambientais desenvolvidas pela Concessionária Rota das Bandeiras foram coroadas com a conquista do Selo Verde do Instituto Chico Mendes, que reconheceu nosso esforço e trabalho diário voltado ao meio ambiente e às comunidades do Corredor Dom Pedro.

A seguir, compartilhamos as ações que contribuíram para a conquista desta importante certificação:

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas durante os dozes meses de 2016.

Caia na Rede - Consciente de que o conhecimento é a chave para uma sociedade e, conseqüentemente, um trânsito mais saudável, a Rota das Bandeiras também investe na educação dos moradores das cidades que integram o trecho sob concessão. Uma das principais realizações da Concessionária neste campo é o programa Caia na Rede, lançado em maio de 2012, que leva comunidades carentes à inclusão digital. Atualmente, conta

Relatório da Administração

com 75 salas de aula em 15 cidades do trecho concessionado, sendo que nossa meta é conseguir disponibilizar 77 salas em todas as 15 cidades do trecho até 2017.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

O Rota da Educação já beneficiou mais de 40 mil alunos desde o início de suas atividades, em um trabalho reconhecido em todo o país. Em 2015, a Concessionária apresentou o programa no prêmio DENATRAN, que elege os melhores trabalhos nacionais sobre o tema Trânsito, com o objetivo principal de incentivar a reflexão nos aspectos de segurança, respeito e cidadania no trânsito. Nesta premiação, a Companhia ficou em 2º lugar na categoria de Educação no Trânsito, concorrendo com 44 trabalhos de todo o país.

Rota Reciclável - O material recolhido nas rodovias que formam o Corredor Dom Pedro tem um novo destino. Em março de 2015, a Rota das Bandeiras inaugurou a central de triagem de material reciclável de Itatiba. O moderno espaço, cedido à Cooperativa Reviver, tem capacidade de reciclar 220 toneladas por mês, quantidade suficiente para atender o que é produzido nas cinco rodovias e também no perímetro urbano de Itatiba.

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os

Relatório da Administração

riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas à preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Relatório da Administração

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa para o plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, a cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi suprimida. Assim, 179 mil árvores nativas foram plantadas desde abril de 2009.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde".

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos (gatos e cachorros), minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Relatório da Administração

Além disso, a Concessionária conta com as 82 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Descarte Consciente do Lixo

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 30 toneladas de lixo do Corredor Dom Pedro a cada mês. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Afinal, praticamente todo o lixo recolhido pela Rota das Bandeiras é devidamente separado e destinado de forma correta. Além da coleta seletiva dos resíduos de plástico, metal e de papel, a Concessionária também dá uma destinação especial às lâmpadas que utiliza.

Os pneus recolhidos da malha viária concessionada também são encaminhados para reciclagem e ganham um destino nobre. Alguns deles voltam para a própria rodovia, caso do "asfalto ecológico", implantado na rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332) e que tem borracha de pneus moída em sua composição.

Relatório da Administração

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços, às demais empresas do grupo e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que em 31 de dezembro de 2016, não houve contratações de outros serviços que não sejam os relacionados à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da independência, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016.

Itatiba, 22 de fevereiro de 2017.

A Administração.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando
indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto, foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), em 2 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Em 29 de abril de 2016, a acionista Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) realizou a transferência de 100% do controle acionário da Companhia para sua controlada Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), mediante subscrição e aumento de capital social.

Em 30 de junho de 2016, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia, através de Deliberação do seu Conselho Diretor e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 9,321190%.

Operação Lava Jato

Em 1º de dezembro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da denominada “Operação Lava Jato”, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com a Odebrecht S.A., holding do grupo Odebrecht, que detém participação indireta na Companhia, que já foi homologado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF sendo que o Acordo ainda será submetido à homologação pelo juízo competente.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Odebrecht S.A. se comprometeu em cessar completamente o envolvimento nos fatos revelados, bem como na adoção de medidas especiais a fim de evitar a repetição de condutas similares no futuro. Assim, programas de integridade (compliance) vêm sendo implementados em todas as suas controladas e serão obrigatoriamente aprimorados nos termos dos artigos 41 e 42 do Decreto 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. Esses compromissos são parte de acordo global firmado pela Odebrecht S.A. concomitante com a autoridade brasileira, suíça e estadunidense.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia adotou medidas necessárias para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) a implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) a operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

No ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a Companhia alterou sua estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao Conselho de Administração da Companhia, bem como criou a função do Chief Compliance Officer, responsável pelo programa de conformidade. Adicionalmente, a Companhia (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (a Companhia é signatária do Pacto Global desde 11 de março de 2016); (ii) está revisando e elaborando novas políticas com apoio de escritório externo de renome internacional (dentre elas, Política Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, entre outras); (iii) está implementando a metodologia de Governança, Riscos e Compliance (“GRC”), o que inclui a criação da área de auditoria interna; (iv) contratou empresa de consultoria para elaborar Matriz de Riscos e Controles para o Grupo, trabalho esse já iniciado; (v) realiza um plano anual de treinamentos das novas políticas e código de conduta; e (vi) está revisando o código de conduta vigente para endereçar alterações na legislação brasileira e mudanças de procedimentos internos.

O Acordo está protegido por sigilo e na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas acusações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 14 de fevereiro de 2017.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros**Classificação e mensuração**

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2016, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 7).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2016, compreendem as rubricas "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6), "Contas a receber" (Nota 8).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Imposto de renda e contribuição social e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 9).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Ativos intangíveis**i) Infraestrutura**

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de demanda.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga da Concessão”, no ativo intangível (Nota 11 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão.

j) Provisões

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% a.a. e

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando em 31 de dezembro de 2016 – R\$ 5.864 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.593).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota 14).

k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota 13).

l) Credor pela aquisição da concessão

Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente.

m) Empréstimos e debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

n) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

o) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos do imobilizado nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros, sendo estes equipamentos de fiscalização (Radar), lançados na rubrica de máquinas e equipamentos. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo, ou pelo prazo contratual, dos dois o menor.

p) Reconhecimento de receita**i) Receita de serviço**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Para apuração do valor justo, a Companhia utiliza o custo de construção, mais 1% de margem.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2016	2015	2016	2015	2016	2015
188.302	130.183	(186.419)	(128.882)	1.883	1.301

q) Benefícios a empregados**Obrigações de aposentadoria**

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (ODEPREV), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (ODB), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram de R\$ 203 e R\$ 236, respectivamente.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

r) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 4.500 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 5.115).

2.3. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes as principais novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC.

- O IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
- IFRS 15 – "Receita de Contratos com Clientes" – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

2.4. Lucro (prejuízo) por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Gestão de risco financeiro**a) Considerações gerais**

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	21.376	-	-	-
BNDES (i)	132.464	121.449	313.346	108.780
Debêntures (i)	217.499	218.328	875.325	1.652.528
Mútuos - partes relacionadas (i)	26.458	27.581	91.285	711.522
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	16.814	-	-	-
BNDES (i)	96.299	121.770	340.526	206.312
Debêntures (i)	215.046	225.869	758.163	2.177.829
Mútuos - partes relacionadas (i)	24.995	26.339	87.644	765.367

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%
IPCA	6,3%	4,8%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%

(*): Fonte: Projeção Banco Santander - 06/01/2017.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
TJLP (*)	7,50%	9,19%	10,88%
IPCA (*)	4,74%	5,92%	7,10%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2016 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	abr/25	Alta na TJLP	90.211	106.106	121.760

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	1.944.640	2.087.120	2.236.558
Empréstimo BNDES	mai/22	Alta no IPCA	117.090	126.328	135.611
Mútuo com partes Relacionadas	out/25	Alta no IPCA	551.000	624.244	703.476

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumarizados:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 12)	2.130.334	2.122.606
Mútuos - partes relacionadas (Nota 13)	375.212	350.635
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(337.399)	(348.050)
Aplicações financeiras (Nota 7)	-	(28.339)
Dívida líquida	2.168.147	2.096.852
Total do patrimônio líquido	785.137	759.040
Total do capital	2.953.284	2.855.892
Índice de alavancagem financeira - %	73	73

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	337.399	348.050
Aplicações financeiras	-	28.339	-	-
Contas a receber	-	-	40.559	42.468
	-	28.339	377.958	390.518
Passivos financeiros				
			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e debêntures			2.130.334	2.122.606
Mútuos - partes relacionadas			375.212	350.635
Fornecedores, arrendamento mercantil, provisão de conserva especial e outros passivos			22.240	21.723
			2.527.786	2.494.964

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
AVI ("Automatic Vehicle Identification")	38.085	39.401
Receitas acessórias e outros	2.542	3.067
Total de contas a receber	40.627	42.468
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	332.107	371.335
	332.107	371.335
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	1.019	1.486
Numerário em trânsito	3.913	3.141
Fundo de troco	360	427
	5.292	5.054
	337.399	376.389

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Caixa geral	1.019	1.486
Bancos conta movimento	954	2.188
Numerário em trânsito (i)	3.913	3.141
Fundo de troco	360	427
Aplicações financeiras (ii)	331.153	340.808
	337.399	348.050

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.

(ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, remuneradas a taxas que variam entre 98% e 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 112% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um saldo de R\$ 28.339 de aplicações financeiras, referente à fundos de investimentos, remunerados a taxa de 102,8% do CDI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia utilizou todo o saldo nas obras de ampliação e melhoramentos do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, com base nas projeções divulgadas pela Companhia.

8. Contas a receber

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	38.085	39.401
Outras contas a receber	2.542	3.067
	40.627	42.468

(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2016, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	169.046	163.726
Amortização da outorga	1.340	1.379
Benefício fiscal (ágio) (i)	117.593	137.192
Outras diferenças temporárias	2.029	1.554
	290.008	303.851
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	39.339	35.164
Margem de construção	5.649	5.151
Encargos financeiros	14.758	16.914
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	64.420	67.304
	124.166	124.533
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	290.008	303.851
Tributos diferidos passivos	(124.166)	(124.533)
	165.842	179.318

A variação líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 relativa aos impostos diferidos totalizou um saldo negativo de R\$ 13.476.

(i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebretch TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano	Compensação		Total
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	
2017	5.214	19.599	24.813
2018	6.369	19.599	25.968
2019	14.617	19.599	34.216
2020	20.075	19.599	39.674
2021	26.566	19.599	46.165
2022 em diante	96.205	19.598	115.803
	169.046	117.593	286.639

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
		Custo	Depreciação acumulada		Líquido
Máquinas e equipamentos	20	7.451	(4.722)	2.729	3.188
Móveis e utensílios	5	760	(388)	372	416
Instalações	25	226	(14)	212	113
Veículos	20	7.365	(1.396)	5.969	1.287
Obras em andamento	-	-	-	-	2.776
		15.802	(6.520)	9.282	7.780

b) Movimentação

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldo no início do período / exercício	7.780	7.477
(+) Adições	8.570	2.261
(-) Baixas, líquidas de depreciação	(3.967)	(163)
(-) Depreciação	(3.101)	(1.795)
Saldo no final do período / exercício	9.282	7.780

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Intangívela) **Composição**

			31 de dezembro	31 de dezembro
	Custo	Amortização Acumulada	de 2016	de 2015
				Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	376.436	(39.601)	336.835	341.444
Pavimentações e conservação especial	512.612	(51.984)	460.628	390.887
Hardware equipamentos de pedágio	80.632	(11.972)	68.660	70.648
Demais melhorias e ampliações	490.816	(31.503)	459.313	435.110
Desapropriações	122.454	(9.392)	113.062	115.715
Máquinas e equipamentos	3.361	(711)	2.650	2.630
Móveis e utensílios	2.014	(342)	1.672	1.671
Veículos	71	(8)	63	259
Meio ambiente e elementos de segurança	38.706	(3.650)	35.056	33.450
Obras em andamento	175.446	-	175.446	118.106
	1.802.548	(149.163)	1.653.385	1.509.920
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(230.161)	1.107.077	1.139.415
Softwares adquiridos de terceiros (*)	1.384	(1.071)	313	302
	1.338.622	(231.232)	1.107.390	1.139.717
	3.141.170	(380.395)	2.760.775	2.649.637

(*) A taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a.**(i) Intangível – Infraestrutura**

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva de demanda limitado ao tempo do contrato.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software	Total
Custo	1.621.052	1.337.238	963	2.959.253
Baixas, líquidas de amortização	(3.161)	-	-	(3.161)
Amortização acumulada	(107.971)	(197.823)	(661)	(306.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.509.920	1.139.415	302	2.649.637
Aquisições	183.240	-	421	183.661
Capitalização de juros	5.062	-	-	5.062
Baixas, líquidas de amortização	(3.383)	-	-	(3.383)
Amortização	(41.454)	(32.338)	(410)	(74.202)
Saldo contábil	1.653.385	1.107.077	313	2.760.775
Custo	1.802.548	1.337.238	1.384	3.141.170
Amortização acumulada	(149.163)	(230.161)	(1.071)	(380.395)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.653.385	1.107.077	313	2.760.775

12. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	507.803	539.190
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.654.514	1.620.739
Custos a amortizar (c)	R\$		(31.983)	(37.323)
			2.130.334	2.122.606
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			(118.284)	(73.384)
Debêntures			(167.266)	(162.634)
(-) Passivo circulante			(285.550)	(236.018)
Passivo não circulante				
Empréstimo BNDES			388.083	463.893
Debêntures			1.456.701	1.422.695
Passivo não circulante			1.844.784	1.886.588
			(2.130.334)	(2.122.606)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu no acumulado de liberações pelo BNDES no montante de R\$ 654.938 sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia liquidou parcelas do BNDES no montante de R\$ 90.977.

A amortização é realizada pelo pagamento mensal desde outubro de 2010. Abaixo a composição dos vencimentos finais:

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
jul/18	TJLP + 2,32%	2.162	3.476
abr/21	TJLP + 2,32%	94.167	114.255
mai/22	IPCA + 8,11%	157.020	136.166
mai/22	IPCA + 9,60%	22.252	24.377
mai/22	IPCA + 8,66%	26.327	28.841
abr/23	TJLP + 2,32%	127.836	145.924
abr/25	TJLP + 2,32%	78.039	86.151
		507.803	539.190

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

Em 15 de julho de 2016, a Companhia liquidou a sexta parcela referente a segunda série das debêntures no montante de R\$ 109.388.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2016 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
junho-10	1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	846.005	828.441
junho-10	2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	808.509	792.298
					1.654.514	1.620.739

O valor nominal unitário atualizado das debêntures da primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2017	3,00%	julho de 2017	5,00%
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

(i) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da primeira série a ser amortizado.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Percentual do valor nominal unitário das debêntures da segunda série a ser amortizado.

(c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (“TIR”) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do exercício	35.410	1.913	37.323	42.577
(-) Amortizações	(4.864)	(476)	(5.340)	(5.254)
Saldo no final do exercício	30.546	1.437	31.983	37.323

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2017	4.981	419	5.400
2018	4.951	346	5.297
2019	4.996	272	5.268
2020	4.865	196	5.061
2021	4.413	120	4.533
2022	3.483	57	3.540
2023	2.256	18	2.274
2024 em diante	601	9	610
	30.546	1.437	31.983

(d) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e do BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2017	-	137.530
2018	142.056	137.020
2019	128.657	124.373
2020	196.240	187.730
2021	253.919	241.191
2022	348.759	329.876
2023	350.641	329.393
2024 em diante	424.512	399.475
	1.844.784	1.886.588

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

Nos dias 17 de março e 30 de maio de 2016, a Companhia realizou Assembleia junto aos debenturistas para solicitar a não declaração de vencimento antecipado das debêntures em função dos rebaixamentos de *rating* em 25 de fevereiro e 09 de maio de 2016, obtendo resultado favorável com o pedido. Na Assembleia de 17 de março de 2016, como condição à aprovação pelos debenturistas, a Companhia pagou prêmio equivalente a 0,10% sobre o saldo atualizado das Debêntures na data da Assembleia, no montante de R\$ 1.588.

Na Assembleia de 30 de maio de 2016, também foi aprovada a não declaração de vencimento antecipado em decorrência de qualquer novo relatório de *rating* até 30 de junho de 2018, exceto em caso de novo rebaixamento. Em virtude das aprovações, a Companhia pagou um prêmio equivalente a 0,50% sobre o saldo atualizado das debêntures no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento de prêmio, no montante de R\$ 8.254.

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2016.

13. Saldos e transações com partes relacionadas**a) Composição**

Os saldos em 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado e os investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo				Saldos		Transações	
					Passivo	Resultado		
	Adiantamento a fornecedores	Contas a receber	Fornecedores	Contas a pagar	Mútuo	Serviços prestados	Despesas financeiras	
OTP (i)	-	57	-	-	375.212	-	43.920	
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (ii)	-	-	82	-	-	1.474	-	
ODBVias (iii)	577	62	-	464	-	9.055	-	
Odebrecht previdência (“Odeprev”) (iv)	-	-	126	-	-	203	-	
Odebrecht S.A. (“ODB”) (v)	-	-	-	58	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2016	577	119	208	522	375.212	10.732	43.920	
Em 31 de dezembro de 2015	979	-	163	-	350.635	133	-	

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) OTP

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Mútuo OTP (a)	386.637	363.060
Custos de transação (b)	(11.425)	(12.425)
	375.212	350.635

(a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou valor de mútuo com partes relacionadas de R\$ 386.637 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 363.060).

(b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo.

O pagamento dos juros será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal do mútuo, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta o montante de R\$ 57 a receber a empresa OTP, referente ao passivo trabalhista dos integrantes transferidos. O passivo trabalhista é composto substancialmente pelas provisões de férias e encargos sociais.

(ii) CNO

Os montantes de R\$ 82 e R\$ 1.474 referem-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO.

(iii) ODBVias

O montante de R\$ 9.055 com a ODBVias referem-se à prestação de serviço de gerenciamento de engenharia às obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O saldo de R\$ 577 em adiantamento a fornecedores decorre de acordo contratual.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta o montante de R\$ 62 a receber e R\$ 464 a pagar a empresa ODBVias, referente ao passivo trabalhista dos integrantes transferidos. O passivo trabalhista é composto substancialmente pelas provisões de férias e encargos sociais.

(iv) Odeprev

Os montantes de R\$ 126 e R\$ 203, refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) ODB

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta o montante de R\$ 58 a pagar a empresa ODB, referente ao passivo trabalhista dos integrantes transferidos. O passivo trabalhista é composto substancialmente pelas provisões de férias e encargos sociais.

O saldo remanescente de R\$ 14.348 apresentado na rubrica de fornecedores no Balanço Patrimonial refere-se aos demais fornecedores que não são partes relacionadas.

(b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, totalizou os montantes de R\$ 3.277 e R\$ 5.389.

14. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Contingências trabalhistas e previdenciárias	32	114
Reclamações cíveis	582	96
	614	210

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, no montante estimado de R\$ 10.438 em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 4.632).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta R\$ 1.520 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 212) na rubrica de depósitos judiciais referente a processos de natureza cível.

15. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela ODBVias e indiretamente pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reserva de lucros**(i) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Dividendos mínimo obrigatório

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, foi calculada nos termos da Lei nº. 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, como segue:

	31 de dezembro de 2016
Lucro líquido do exercício	26.097
Constituição da reserva legal (5%)	(1.305)
Base de cálculo dos dividendos	24.792
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(6.198)
Dividendos adicionais	(3.802)
Dividendos propostos	(10.000)

(iii) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia seguindo instruções dos acionistas constituiu essa reserva no montante de R\$ 14.792, excedente da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, após a constituição da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório em função do artigo 196 da Lei nº.6.404/76, que determina que a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

16. Receita líquida

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Receita de obra de infraestrutura (i)	188.302	130.183
Receita de operação		
Receitas em numerário	164.680	149.922
Receitas de AVI (ii)	400.779	381.437
Receitas de vale pedágio (iii)	30.048	30.896
Outras receitas	29.642	7.515
	625.149	569.770
Receita total	813.451	699.953
Abatimentos sobre receitas de pedágio	-	(37)
Tributos sobre serviços de operação	(55.456)	(49.519)
	757.995	650.397

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia reconheceu R\$ 188.302 e R\$ 130.183, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

17. Custos dos serviços

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Amortização do direito de outorga	(32.338)	(30.129)
Depreciação, amortização do intangível	(44.965)	(34.242)
Provisão de conserva especial	(722)	(649)
Gerenciamento, manutenção e conservação da Rodovia	(20.060)	(21.986)
Salários e encargos	(25.535)	(21.671)
Outorga variável	(9.379)	(8.547)
Gastos gerais	(14.242)	(11.330)
Serviços de terceiros	(5.015)	(4.787)
Seguros	(4.803)	(4.141)
Atendimento pré hospitalar	(4.834)	(5.055)
Guincho	(1.710)	(4.736)
Materiais	(2.608)	(2.230)
	(166.211)	(149.503)
Custo de obra de infraestrutura	(186.419)	(128.882)
	(352.630)	(278.385)

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Salários e encargos	(11.094)	(10.717)
Serviços de terceiros	(11.129)	(8.695)
Outros	(340)	(298)
	(22.563)	(19.710)

19. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(200.841)	(186.404)
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(155.330)	(209.477)
Juros sobre provisão de conserva	(550)	(426)
Custo transação de debêntures	(16.798)	-
Custo transação de BNDES	(3.538)	-
Comissões bancárias sobre empréstimos	(1.707)	(2.314)
Outras	(3.001)	(4.078)
	(381.765)	(402.699)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	40.584	25.777
Outras	1.334	1.097
	41.918	26.874
	(339.847)	(375.825)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	39.573	(28.931)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(13.431)	9.837
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(45)	(67)
Outros	-	-
Total de IR e CSLL diferidos	(13.476)	9.770

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	233.048
Risco operacional	338.000
Responsabilidade Civil	116.500
Risco de Engenharia	411.953

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

22. Lucro (prejuízo) por ação**Básico**

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Lucro (prejuízo) do período	26.097	(19.161)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	46,87	(34,41)

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

23. Eventos subsequentes**• Pagamento Debêntures**

Em 16 de janeiro de 2017, a Companhia liquidou a sexta parcela referente a primeira série das debêntures no montante de R\$ 99.674.

* * *

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A receita líquida da Companhia atingiu o total de R\$ 757.995 mil no exercício de 2016, redução de 8,5% em relação ao projetado. O resultado foi impactado, principalmente, pelas variações das seguintes rubricas: (i) Receita de Construção, que é impactada diretamente pela variação dos investimentos realizados no período, ficando 31,2% abaixo do previsto; (ii) Receita de Pedágio, que sofreu uma redução em decorrência da crise vivida pelo país; e (iii) Receita Acessória, fruto de ações da Companhia em busca do recebimento de receitas por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

O CAPEX fechou o exercício de 2016 com o valor de R\$ 177.052 mil, representando redução de 31,2% em relação ao projetado, devido principalmente, à postergação de obras projetadas para o exercício.

Fonte das Projeções - Formulário de Referência divulgado em 31/05/2016.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento das receitas de pedágios

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA: Conforme apresentado na Nota Explicativa nº1, a Companhia explora pelo regime de concessão, o Corredor Dom Pedro, sendo remunerada pela cobrança de tarifas de pedágios aos usuários. O alto fluxo de transações e a sistemática de cobrança requerem que a Companhia possua controles operacionais implementados de forma a capturar adequadamente os valores provenientes dos pagamentos realizados, sejam eles em espécie ou através dos meios de pagamentos eletrônicos. A Companhia apresenta informações sobre a mensuração e reconhecimento das receitas provenientes da cobrança de pedágios nas Notas Explicativas nº 2.2 -p(i) e nº16.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram avaliação dos controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento e mensuração de tais receitas e testes de controles e procedimentos analíticos substantivos. Os principais procedimentos efetuados, entre outros testes, foram: i) confirmação externa dos valores a receber dos meios de pagamentos eletrônicos; ii) teste dos controles chaves de reconhecimento e mensuração de receitas com base em amostragem; e iii) testes documentais para validação dos valores reconhecidos no período.

Ativo intangível – Reconhecimento inicial do custo

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA: Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.2, item i (i), a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sobre Concessão, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01. Esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão e não são registrados como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos.

As adições desses gastos realizadas no ativo intangível repercutem na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa 2.2 p (ii).. O registro indevido de ativos no intangível pode apresentar risco significativo de distorções materiais nas demonstrações contábeis. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada na Nota Explicativa nº11 e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas nº16 e nº17, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Avaliamos os controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento inicial dos valores registrados no ativo intangível, bem como realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base a amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível.

Empréstimos, financiamentos e debentures

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA: Conforme apresentado na nota explicativa nº12, parte substancial dos recursos para financiamento dos investimentos necessários para desenvolvimento das atividades da Companhia, são oriundos de financiamentos e empréstimos, os quais requerem em alguns casos, cumprimento de cláusulas contratuais, como covenants, ou outras cláusulas restritivas. Este tema foi considerado um PAA, devido sua representatividade em relação às demonstrações contábeis da Companhia, os empréstimos e financiamentos montavam em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 2.130.334 e devido ao fato de termos que averiguar durante nossa auditoria, o devido cumprimento das cláusulas contratuais, que em não sendo atendidas podem distorcer as demonstrações contábeis, e/ou implicar em divulgações adicionais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria, incluíram entre outros: Uma avaliação dos controles internos implementados pela administração para controle e reconhecimento dos passivos oriundos de empréstimos, financiamentos e debêntures, checagem da movimentação de novas capitalização e amortizações, recálculos dos encargos financeiros, análise da apropriada classificação entre passivo circulante e não circulante, confirmação dos saldos e encargos, cláusulas contratuais junto às instituições financeiras e análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de fevereiro de 2017.

Nelson Fernandes Barreto Filho

Edinilson Attizani

CRC 1SP-151.079/O-0

CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2016, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2016.

Itatiba, 13 de fevereiro de 2017.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor-Administrativo, Financeiro e

de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2016, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2016.

Itatiba, 13 de fevereiro de 2017.

Júlio Cesar Duarte Perdigão

Diretor-Presidente

Augusto Cesar do Nascimento Beber

Diretor-Administrativo, Financeiro e

de Relação com Investidores

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Inclusão de informação no parecer da auditoria